

.....

ANÁLISE DO CONHECIMENTO E OPINIÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A ATUAL REGULAMENTAÇÃO PARA A VENDA DE ANTIBIÓTICOS NO BRASIL

Deisy Nara da Rocha da Silva; Dayani Galato; Graziela Modolon Alano

INTRODUÇÃO

O uso irracional de medicamentos é considerado um problema de saúde pública. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o uso indiscriminado de antibióticos merece atenção especial, pois o uso abusivo dessa classe de medicamentos pode facilitar o aumento da resistência de microorganismos, o que compromete a eficácia dos tratamentos (CARCUTE, 2007). As infecções bacterianas são a causa de 1/4 das mortes em todo o planeta. No Brasil, 40% dos remédios consumidos são antibióticos (REIS, 2010). Para conter o uso irracional a ANVISA regulamentou a venda desses produtos, por meio da Resolução n. 44 publicada em 2010. Desde então, essas substâncias devem ser vendidas nas farmácias e drogarias mediante a retenção da prescrição (BRASIL, 2010).

O estudo em questão teve a finalidade de avaliar o conhecimento da população sobre a nova regulamentação para a compra de antibióticos e sua percepção quanto aos benefícios desta para a sociedade. Deste modo, levando em consideração a importância da RDC 44/2010, o levantamento da opinião da comunidade acerca da venda de antibióticos no Brasil, pode contribuir para um melhor entendimento sobre o impacto dessa regulamentação sobre a sociedade.

Palavras-chave: Antibióticos. Legislação. Comunidade.

MÉTODOS

Tratou-se de um estudo observacional transversal, quantitativo. Foram entrevistados os indivíduos residentes na cidade de Tubarão, Santa Catarina, maiores de 18 anos e que aceitaram participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados foi realizada em locais públicos como ruas, praças e saídas de estabelecimentos comerciais e de saúde, no período entre dezembro de 2011 a julho de 2012. Foi realizado pré-teste com 38 indivíduos para certificar-se da aplicabilidade do instrumento e não houve necessidade de ajustes no questionário elaborado.

A coleta de dados ocorreu em um único encontro com o entrevistado. Os dados foram registrados e analisados utilizando-se o programa EpiData e SPSS. Para estudar a associação entre os dados foi utilizado o teste estatístico da análise de variância para comparação entre médias, adotando-se um nível de significância de 5% ($p < 0,05$). O estudo foi aprovado pelo CEP/UNISUL conforme Resolução n.196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 383 pessoas, idade entre 18 e 72 anos, média de 39 anos. Destas, 60,3% do sexo feminino, 62,4% casados; 29,8% solteiros; 7,8% outros. Entre as ocupações dos entrevistados prevaleceram aposentados com 20,4%; comerciantes 17%; do lar 11,5%; estudantes 10,4%; serviços gerais 8,9%; demais 31,8%. A escolaridade variou de zero a 17



anos, sendo que 31,9% tinham 11 anos de estudos. A classe socioeconômica prevalente foi a C1 (39,2%), seguida da B2 (36,3%). A maioria dos entrevistados tinha conhecimento sobre a alteração ocorrida nas farmácias para a venda de antibióticos e concordavam com a mesma (Tabela 1). Seis entrevistados concordaram parcialmente apontando os mesmos benefícios e prejuízos relatados pelos demais entrevistados e apresentados na tabela 1.

Sobre a utilização de antibiótico nos últimos seis meses (383) apenas 20,4% (78) tiveram necessidade, sendo que 93,5% (73) conseguiram comprar. Destes 78 entrevistados, 14 conseguiram consumir um antibiótico sem prescrição. Ainda, 74,4% relataram não terem dificuldade de comprar, e 25,6% relataram ter, sendo a exigência de prescrição (18) e um por não ter conseguido consultar um médico. O problema de saúde mais frequente que gerou o uso de antibiótico foi amigdalite; sendo que 92,3% (72) relataram melhora do problema. (Tabela 2). Quando perguntado se haviam sentido a necessidade de usar um antibiótico, mas usaram outro produto para resolver o problema, 96,8% (370) disseram que não e 3,2% (12) relataram que sim, e destes, sete relataram não terem obtido melhora após usar outro produto e cinco obtiveram, sendo amigdalite o problema de saúde mais frequente nessa situação. Os produtos mais utilizados estão apresentados na tabela 2. As mulheres demonstraram ter maior conhecimento sobre a nova regulamentação para a venda de antibióticos ($p=0,002$), bem como os indivíduos com idade até 35 anos ($p=0,007$) e com maior escolaridade ($p=0,001$). Neste último, mostraram ter maior conhecimento aqueles indivíduos que tinham mais de 11 anos de estudo, compreendendo o ensino médio.

CONCLUSÃO

Pode-se constatar que, a maioria dos entrevistados tinha o conhecimento e relatou concordar com as novas regulamentações acerca da venda de antibióticos, apresentando como maior benefício, a diminuição dos riscos com a automedicação visto que, deste modo, se evitariam o uso desnecessário e incorreto desses medicamentos. Entretanto, os poucos que não concordaram com tais mudanças, a necessidade de consulta médica para aquisição da prescrição foi declarada como sendo o ponto de descontentamento.

Por meio deste estudo foi identificado que, mesmo com a nova regulamentação, uma pequena parcela dos entrevistados ainda conseguiu consumir antibióticos sem prescrição.

REFERÊNCIAS

TAVARES, W. (ed.). Bactérias multirresistentes: problema mundial. **Revista Panamericana de Infectologia**; 7 (4); out./dez. 2005.

CARCUTE, D. **Os perigos do uso inadequado de medicamentos**. Anvisa 2007, Brasília, 6 julho. 2007. Disponível em: < <http://www.anvisa.gov.br/divulga/reportagens/060707.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

REIS, F. **Especial RDC 44/2010: antibióticos**. Disponível em:< <http://pfarma.com.br/noticiasetor-farmaceutico/legislacao-farmaceutica/387-rdc-44-2010antibioticos.html>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 44, de 26 de outubro de 2010. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição médica, isoladas ou em associação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 28 de outubro de 2010, Seção 1, p. 76-77.



Tabela 1. Dados sobre o conhecimento e a opinião da população sobre a nova regulamentação para a venda de antibióticos no Brasil.

<i>Conhecimento e opinião da população</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Conhecem a nova legislação (n=383)		
Sim	334	87,2
Não	49	12,8
Tipo de alteração relatada pelo entrevistado (n=334)		
Necessidade da prescrição para comprar	331	99,1
Retenção da prescrição	2	0,6
Não souberam responder	1	0,3
Concordavam com a alteração (n=333)		
Sim	319	95,8
Não	8	2,4
Parcial	6	1,8
Benefícios com a alteração (n=319)		
Uso somente quando necessário	107	33,6
Evitar o uso incorreto	75	23,5
Evitar a automedicação	52	16,3
Maior controle na venda de antibióticos	15	4,7
Outros	70	21,9
Não benefício com a alteração (n=8)		
Necessidade de consultar um profissional médico ou dentista	5	62,5
Gasto financeiro	1	12,5
Outros	2	25,0

Tabela 2. Informações sobre a aquisição de antibióticos pelos entrevistados nos últimos seis meses.

<i>Aquisição de antibióticos</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Tiveram necessidade de comprar antibiótico (n=383)	78	20,4
Problema de saúde considerado necessário o uso de antibiótico pela percepção do entrevistado (n=78)		
Amigdalite	27	34,6
Infecção urinária	11	14,1
Sinusite	8	10,3
Infecção nos ouvidos	5	6,4
Problema nas articulações	3	3,8
Problema dentário	3	3,8
Problema gástrico	2	2,6
Alergia	1	1,3
Não souberam responder	18	23,1
Consumo do antibiótico (n=78)		
Com prescrição	64	82,1
Sem prescrição	14	17,9



Medicamentos utilizados em substituição ao antibiótico em uma outra situação (n=12)		
Antiinflamatório	5	41,7
Analgésico	3	25,0
Não souberam responder	4	33,3

